

## A centralidade dos intelectuais na disputa política brasileira

Ivan Henrique de Mattos e Silva<sup>1</sup>

10

Considerando uma das características do processo de formação da modernidade no Brasil, ou seja, a natureza controlada desse processo, bem como a sua não espontaneidade enquanto produto do próprio fluxo histórico para a constituição do que Fernandes (2006) denominou como ordem social competitiva, é notável a presença dos(as) intelectuais na produção e circulação de ideias, dos grandes debates teóricos e mesmo na atuação direta no próprio Estado. Segundo Pécaut (1990), duas gerações de intelectuais em especial assumiram para si uma tarefa de vocação histórica como demiurgos da nação brasileira: a geração dos anos 1920-1940 e a geração dos anos 1954-1964. Dois breves raciocínios se fazem necessários aqui: em primeiro lugar, uma definição a respeito do conceito de intelectual, e, em segundo lugar, uma breve reflexão em torno de algumas razões para essa centralidade dos(as) intelectuais na trajetória política brasileira.

A proposta deste dossiê foi elaborada tendo como premissa a definição gramsciana de intelectual – conceito compreendido não como a expressão de um atributo individual, mas como função específica assumida por uma categoria social. Assumindo que todos os indivíduos possuem, invariavelmente, capacidade de intelecção da realidade, a mobilização do conceito de intelectual como categoria analítica se encontra em outro registro:

---

<sup>1</sup> Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos e Professor Adjunto de Ciência Política na Universidade Federal do Amapá. Email: [ivansilva@unifap.br](mailto:ivansilva@unifap.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4373-5037>.

Por isso, seria possível dizer que todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais (assim, o fato de que alguém possa, em determinado momento, fritar dois ovos ou costurar um rasgão no paletó não significa que todos sejam cozinheiros ou alfaiates). Formam-se assim, historicamente, categorias especializadas para o exercício da função intelectual; formam-se em conexão com todos os grupos sociais, mas sobretudo em conexão com os grupos sociais mais importantes, e sofrem elaborações mais amplas e complexas em ligação com o grupo social dominante (GRAMSCI, 2001, p. 18-19).

11 Intelectuais são os indivíduos encarregados de exercer as funções conectivas e organizativas nos processos de produção de hegemonia social e do governo político (GRAMSCI, 1980). São, portanto, uma categoria social que se define por seu papel fundamentalmente ideológico, responsável por construir e/ou disseminar as imagens e leituras que contribuem para a consolidação de uma visão de mundo, e que compreende escritores, artistas, juristas, teólogos, jornalistas, pensadores etc. (CHALOUB, PERLATTO, 2015). Ideologia, por sua vez (na chave gramsciana), é uma concepção de mundo que se manifesta em todas as expressões da vida individual e coletiva, uma força ativamente organizadora no sentido de moldar o terreno no qual os indivíduos atuam e lutam (GRAMSCI, 1991).

A relação entre os(as) intelectuais e a política passa inicialmente pela compreensão da própria natureza dessa categoria social específica, cuja função precípua é atuar como ponta de lança dos processos de construção e manutenção dos regimes de dominação. Sua vinculação com o campo da política é, assim, orgânica. Há, todavia, uma especificidade nos casos latino-americano, em geral, e brasileiro, em específico: a configuração da modernidade em uma situação de capitalismo tardio e periférico foi mediada (e, em grande medida, produzida) por um projeto político racionalmente orientado e conduzido pelo Estado (CEPÊDA, 2012), o que fez dos(as) intelectuais – convertidos em *intelligentsia* – uma categoria social com senso de vocação histórica, como afirma Pécaut (1990).

Os países da América Latina contam com algumas especificidades quanto ao seu processo de desenvolvimento: são, em primeiro lugar, países de herança colonial – fator determinante para a longa permanência de estruturas pré-modernas, seja no âmbito econômico, político ou social – e, portanto, surgem antes como empreendimentos econômicos do que como nações (PRADO JÚNIOR, 2014).

A segunda especificidade diz respeito à não espontaneidade de seu desenvolvimento econômico (CEPÊDA, 2010; WERNECK VIANNA, 1991): a despeito de intentos industrializantes autônomos (em diferentes níveis e variações), a construção da modernidade latino-americana se realiza por intermédio de uma vontade política materializada na figura do Estado. O Estado, na América Latina, ao invés de ser o resultado, revela-se como uma condição *a priori*:

Como premissa de nosso enfoque, e seguindo Tilly (1992), é possível sustentar que enquanto na Europa os Estados foram o produto de longos, complexos e variados processos de lutas e negociações, ou seja, um resultado; nos países periféricos constituem um requisito *ex ante* para poderem se incorporar ao sistema internacional, já estabelecido como sistema interestatal. Isso não quer dizer que no interior de cada um deles não se produzam também processos complexos e variados de lutas e negociações, mas em um marco já pré-definido: o Estado nacional como ator internacionalmente válido (tradução própria) (LÓPEZ-ACCOTTO e GUGLIANO, 1995, p. 131).

12 Desse modo, o desenvolvimento na periferia latino-americana foi, em grande medida, pensado e orientado por teses de diagnóstico (como a teoria do subdesenvolvimento) e de engenharia e projetos nacionais de desenvolvimento. Neste caso, o papel das ideias e dos(as) intelectuais ocupou uma posição fundamental, constituindo-se em entes estratégicos na amarração entre teoria e práxis política (PÉCAUT, 1990), fazendo com que, muitas vezes, teoria e política se encontrassem inseparáveis no contexto latino-americano, em geral, e brasileiro, em particular (LOVE, 2009; BIELSCHOWSKY, 2004; FIORI, 2003).

O dossiê “A centralidade dos intelectuais na disputa política brasileira” é composto por cinco artigos que lidam com esta dupla inserção característica da categoria social dos(as) intelectuais: um trânsito bastante dinâmico entre o *signo* e a *coisa*, entre diagnóstico e prognóstico, ou, em outras palavras, entre a teorização a respeito do mundo político e a construção normativa de sínteses políticas. Boa parte dos(as) intelectuais mobilizados(as) nos artigos se insere em uma das duas gerações identificadas por Pécaut.

O primeiro artigo que compõe este dossiê – com o título “‘Sob a percussão do martelo’: Nelson Weneck Sodré e a produção da Coleção História Nova na década de 1960” –, de autoria de Rodrigo Czajka e Eduardo Russo Ramos, tem por objetivo discutir as redes de sociabilidade intelectual da esquerda brasileira nos

momentos que antecedem o golpe de 1964 a partir da trajetória do intelectual marxista (e militar) brasileiro Nelson Werneck Sodré, sobretudo considerando um recorte específico: a formulação da proposta editorial Coleção História Nova (CHN). Mergulhada em um ambiente de efervescência política e intelectual – *pari passu* aos debates em torno das Reformas de Base –, a proposta da CHN traduziu, em grande medida, o clima ideológico de esquerdas de vários matizes, sobretudo a partir da conjugação de duas lógicas específicas – identidade e revolução –, em busca da *brasilidade revolucionária*.

13 O segundo artigo também trata dos debates em torno da construção de uma identidade nacional, embora em uma chave específica: ao mesmo tempo nacional e regionalizada, a identidade construída a partir daquilo que Furtado denominava o Centro-Sul do país contribuiu em grande medida para a subalternização cultural, econômica e política do Nordeste brasileiro – simbolicamente elaborado como um bloco homogêneo e inferior. O texto de Hévilla Wanderley Fernandes e Luciana Aliaga, “Os intelectuais e a questão nordestina”, discute essa questão a partir do papel desempenhado por dois intelectuais brasileiros – Gilberto Freyre e Durval Muniz de Albuquerque – no processo de construção simbólica da “questão nordestina” no Brasil. Apoiada na definição gramsciana de intelectual, a análise discute tanto a constituição da região como uma categoria explicativa, como seu papel na perpetuação dos estigmas a ela relacionados.

O artigo de Diogo Valença de Azevedo Costa (“As ciências sociais e a contrarrevolução permanente: o papel dos intelectuais na visão de Florestan Fernandes”) busca identificar na obra de Florestan Fernandes qual é o papel destinado aos(as) intelectuais – e, em especial, aqueles(as) vinculados(as) ao campo das Ciências Sociais – que se situam nos marcos do capitalismo tardio e periférico. Com ênfase na crítica feita por Florestan ao caráter burocrático assumido por uma certa vertente dessa episteme – a “nova sociologia da ordem” –, o artigo salienta a defesa que o sociólogo faz do papel das Ciências Sociais em uma *práxis* política revolucionária, e dos(as) cientistas sociais como categoria intelectual de resistência à lógica da contrarrevolução permanente.

O quarto artigo do dossiê, de Lorena de Maciel Dominici, tem como título “Porta-vozes do mundo social: um estudo de trajetória de parlamentares

brasileiros que escrevem sobre educação”. Diferentemente dos anteriores, este texto aborda a trajetória política de dois parlamentares brasileiros – Cristovam Buarque e Esther Pilar Grossi – que possuem um trânsito entre duas arenas: a política e a intelectual. A escolha de ambos se deve tanto em função de sua expressiva produção escrita como também em função de terem se convertido em “porta-vozes da Educação” no Parlamento brasileiro.

O quinto, e último, artigo é intitulado “O(s) idealismo(s) da Constituição no Brasil dos anos 1920/30: a (re)escrita do texto sob influxos dos contextos políticos”. Escrito por Gabriel Duarte Costaguta e Daniel Machado Bruno, o texto discute uma das principais obras de Oliveira Viana e o papel de seu pensamento na configuração política e institucional que o Brasil assumiria ao longo das décadas de 1930 e 1940. Com forte apoio na metodologia da história dos conceitos de Reinhart Koselleck, o artigo sustenta que a crítica empreendida ao liberalismo por Oliveira Viana não se resumiu a uma crítica da carta constitucional de 1891 – e seu absoluto afastamento empírico da dinâmica social brasileira –, mas, sobretudo, pôde ser operacionalizada – a partir das diferentes mobilizações do conceito de democracia entre a primeira e a segunda edições da obra – como instrumento de construção política conservadora no país.

14

Que todas e todos tenham uma ótima leitura!

## Referências

BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento Econômico Brasileiro: O Ciclo Ideológico do Desenvolvimento**. São Paulo: Contraponto Editora, 2004.

CEPÊDA, V. A. Inclusão, democracia e novo-desenvolvimentismo – um balanço histórico. **Estudos Avançados**, n. 26, 2012.

CEPÊDA, V. A.; MARQUES, A. C. Conhecimento enquanto fator de desenvolvimento – mudanças do Ensino Superior Brasileiro entre o Mercado e a cidadania. **Anais do 34º Encontro Anual da ANPOCS**. Caxambu: 34º Encontro Anual da Anpocs, 2010.

CHALOUB, J.; PERLATTO, F. Intelectuais da "nova direita" brasileira: ideias, retórica e prática política. **Anais do 39º Encontro Anual da ANPOCS**. Caxambu: 39º Encontro Anual da ANPOCS, 2015.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil** – ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Editora Globo, 2006.

FIORI, J. L. **O Voo da Coruja** – Para reler o desenvolvimento brasileiro. São Paulo: Editora Record, 2003.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Círculo do Livro, 1980.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**, vol. 2. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRAMSCI, A. **Concepção Dialética da História**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

LÓPEZ-ACCOTTO, A. I.; GUGLIANO, A. A. El proyecto modernizador en Argentina y Brasil en los años cincuenta. Un estudio comparado. **América Latina Hoy**, v. 11, 1995.

LOVE, J. L. **Ideias e Ideologias Econômicas na América Latina**, c.1930 – c.1990. In Leslie Bethell (org.), **História da América Latina**. São Paulo: Edusp, 2009. Vol. VIII.

PÉCAUT, D. **Os intelectuais e a política no Brasil**. Entre o povo e a nação. São Paulo: Editora Ática, 1990.

15 PRADO JÚNIOR, C. **A Revolução Brasileira**. A Questão Agrária no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

WERNECK VIANNA, L. Americanistas e Iberistas: A Polêmica de Oliveira Viana com Tavares Bastos. **DADOS**, n. 34, 1991.